



Número: **5008303-37.2024.4.03.6181**

Classe: **AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**
Órgão julgador: **9ª Vara Criminal Federal de São Paulo**
Última distribuição : **10/10/2024**
Valor da causa: **R\$ 0,00**
Processo referência: **1527440-77.2019.8.26.0050**
Assuntos: **Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional**
Objeto do processo: **Tabela de prescrição no ID 347777379. Data mais próxima: 25/11/2028.**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP (AUTOR)	
POLÍCIA FEDERAL - SR/PF/SP (AUTOR)	
ANA RUTH GOMES TEIXEIRA (REU)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
410944096	04/08/2025 14:05	Edital	Edital



PODER JUDICIÁRIO
9ª Vara Criminal Federal de São Paulo

Alameda Ministro Rocha Azevedo, 25, Cerqueira César, São Paulo - SP - CEP: 01410-001
<https://www.trf3.jus.br/balcao-virtual>

AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (283) Nº 5008303-37.2024.4.03.6181
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP, POLÍCIA FEDERAL - SR/PF/SP
REU: ANA RUTH GOMES TEIXEIRA

EDITAL

A M.M. Juíza Federal, a Doutra MARIA CAROLINA AKEL AYOUB, na forma da lei.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que nos autos do Processo nº 5008303-37.2024.4.03.6181, que a JUSTIÇA PÚBLICA move em face de REU: ANA RUTH GOMES TEIXEIRA, foi recebida denúncia em 26/11/2024, em face desta ré, como incurso nas sanções do artigo 171 do Código Penal. E como não tenha sido possível citá-la pessoalmente, por não ter sido encontrada nos endereços constantes dos autos, pelo presente CITA e INTIMA a referida denunciada REU: ANA RUTH GOMES TEIXEIRA, brasileira, nascida aos 11/06/1959, filha de Rosemar Carvalho Gomes e Maria Madalena de Freitas Gomes, portadora do RG n. 7.667.032 SSP/SP e do CPF n. 302.749.858-45, a responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal ficando ciente de que, caso não ofereça resposta à denúncia ou havendo informação de que não possui condições financeiras para a contratação de um advogado, será nomeado defensor público para officiar no feito. E para que chegue ao conhecimento de todos, bem como do réu, expediu-se o presente edital com prazo de 15 (quinze) dias que será afixado no lugar de costume e publicado na Imprensa Oficial, com fundamento no artigo 365 e seus incisos do Código de Processo Penal e Súmula 366 do STF. DADO E PASSADO na cidade de São Paulo/SP, na data da assinatura eletrônica. Eu, Fabio Aurélio Righetti, Analista Judiciário, RF 6320, digitei.

(assinado eletronicamente)

MARIA CAROLINA AKEL AYOUB

Juíza Federal Substituta

